

Políticas educacionais, formação e experiências docentes contemporâneas

Ana Pires do Prado¹ 

Daniela Guimarães² 

Iniciamos mais um ano de publicações da Revista Contemporânea de Educação (RCE) com os seis artigos inéditos de fluxo contínuo que compõem o volume 19, número 44. A cada novo número publicado, reforçamos nosso compromisso com a divulgação científica de pesquisas do campo educacional, demonstrando seu vigor e, principalmente, a pluralidade do pensamento educacional.

O artigo que abre este número, de autoria de Rosana Maria de Souza Alves, do Instituto Federal do Maranhão, analisa a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Trata-se de uma discussão da política educacional em que a autora descreve os processos normativos da sua construção e os grupos envolvidos na sua discussão, construção e (des)construção. A autora utiliza a legislação nacional e documentos oficiais dos grupos relacionados à discussão da BNCC e conclui que há uma multiplicidade de concepções de escola e de currículo que perfazem expectativas diferentes e contraditórias sobre a política educacional.

O segundo artigo, “Estado do conhecimento: identidades docentes de professoras de inglês”, de autoria de Kelly Cristina Rodrigues Gularte da Silva, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, analisa as identidades docentes de professores de língua inglesa e as políticas educacionais para área de letras e inglês a partir do levantamento bibliográfico realizado no Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no período entre 2017 e 2023. Como resultado da pesquisa bibliográfica, a autora aponta para o número reduzido de produções vinculadas à discussão sobre os professores

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

e professoras de inglês e seus processos identitários. Também aponta para necessidade de novos estudos sobre a formação de professores de inglês e as políticas de formação docente, com um olhar específico para esta área de ensino.

Já o artigo “Estudos sobre ‘currículo’ na formação de professores de educação física”, de Carlos Afonso Ferreira dos Santos, da Universidade Federal do Pará, analisa como o tema de estudo “currículo” é abordado no itinerário formativo do curso de educação física da instituição federal de ensino superior paraense. O autor analisa o ementário do curso e indica que o currículo, na condição de tema de estudo, manifesta-se por meio de seus objetos temáticos, de forma implícita, sem uma disciplina específica sobre currículo. O autor ressalta ainda que a abordagem desse tema/conhecimento se apresenta de forma transversal e que cabe aos docentes do curso desenvolverem estratégias e proporcionarem reflexões e discussões relativas ao currículo. Como consideração final, o autor indica que esta situação influencia na formação de estudantes que atuarão como professores de educação física em escolas e reforça a importância da reflexão sobre o currículo no processo formativo.

O quarto artigo também discute a educação física ao analisar as intervenções pedagógicas de licenciandos em educação física na educação infantil. De autoria de Eduarda Cristina de Oliveira Santos, Patrick Campos Galvanho Herculino, Vinicius Almeida de Oliveira, Gabriela Simões, Elizangela Cely e José Henrique, todos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o artigo descreve as experiências pedagógicas realizadas em uma escola pública e reflete sobre as possibilidades de práticas corporais na educação infantil, a importância das experiências na formação dos licenciandos e discute a ausência de professores de educação física na educação infantil como um problema a ser enfrentado.

O quinto artigo, “O desenvolvimento de competências e os conhecimentos escolares”, de André Luís Nalin, do Colégio Rio Branco, e Elvira Cristina Martins Tassoni, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, debate teoricamente sobre as relações entre o desenvolvimento de competências e a apropriação de conhecimentos escolares. Os autores problematizam a polarização entre currículos organizados por competências de forma interdisciplinar e a manutenção da organização disciplinar, tendo em vista a apropriação de conhecimentos escolares. Eles concluem que os currículos, com conhecimentos gerados pelas comunidades de especialistas, sejam recontextualizados, em crescentes níveis de exigência conceitual,

respeitadas as divisões em disciplinas, e que a interdisciplinaridade seja uma estratégia didática, não uma definidora de currículos.

Fechando este primeiro número de 2024, temos o artigo “A universidade brasileira e o conhecimento em transição: por uma educação interdisciplinar e intercultural”, de autoria de Nelson Lima e Sônia Maria Rocha Sampaio, ambos da Universidade Federal da Bahia. O artigo discute a universidade brasileira e os desafios impostos pela contemporaneidade indicando, por exemplo, a construção e a reestruturação como um modelo socialmente justo, e defende uma educação interdisciplinar e intercultural para potencializar a produção de conhecimentos diversos e com múltiplos sujeitos e espaços.

Boa leitura e até o próximo número!